



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A APURAR AS IRREGULARIDADES NAS CONCESSÕES DE BENEFÍCIOS FISCAIS CONCEDIDOS POR APLICAÇÃO DA LEI Nº 8.313, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991, QUE INSTITUIU O PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À CULTURA (PRONAC) E DEU OUTRAS PROVIDÊNCIAS - (CPI – Lei Rouanet).

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2016
(do Sr. Pompeo de Mattos)

Requer ao Ministério da Cultura relação dos últimos dez anos dos projetos autorizados para receber recursos pela lei Rouanet; a relação dos beneficiários; e informações de como ocorre a fiscalização dos recursos autorizados sob a égide da Lei Rouanet.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, §3º, da Constituição Federal, da Lei 1.579/52 e do art. 35 e 36 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, após a deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), seja encaminhado a seguinte requisição ao Ministério da Cultura:

- Relação dos projetos autorizados para receber recursos pela lei Rouanet dos últimos dez anos;
- Relação dos projetos que conseguiram captar recursos, bem como das empresas que investiram nos projetos aprovados e os valores envolvidos nestas operações, nos últimos dez anos;
- Informações sobre a prestação de contas dos projetos que arrecadaram recursos nestes últimos dez anos.

JUSTIFICAÇÃO

As informações requeridas são de suma importância para o andamento dos trabalhos desta CPI, inclusive para esclarecer se houve priorização de financiamentos, projetos ou quaisquer irregularidades em repasses valendo-se da lei Rouanet.

Ante o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala de Sessões, em , de setembro de 2016.

POMPEO DE MATTOS

Deputado Federal

PDT/RS